

RESISTINDO A PARTIR DO DISCURSO E DA CULTURA

Indígenas no conflito armado colombiano:
uma outra visão sobre guerra e paz no país

Sônia Ranincheski

CEPPAC-UnB

Renata Moreno

Universidad del Valle en Cali, Colombia

Resumo: O presente artigo tem como objetivo analisar a reação da organização indígena na região do norte do Cauca, na Colômbia, em face do confronto armado em seu território no período 2000–2005, tentando explicar como esta organização consegue realizar um tipo de resistência ativa ao conflito. O estudo é essencialmente do tipo etnográfico e trabalha com uma perspectiva que privilegia o estudo dos elementos culturais e identitários para a compreensão das ações coletivas, aos moldes de Sonia Alvarez, Evelina Dagnino e Arturo Escobar (2001) em seu livro “Política Cultural e Cultura Política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos”.

O artigo apresenta as interpretações e definições de conflito armado e paz encontradas nos discursos dos membros do movimento indígena nortecaucano. Argumenta-se que, no caso indígena, a cultura e seu processo identitário no âmbito da organização são fontes importantes de elementos simbólicos que sustentam os processos de resistência e ao mesmo tempo criam um espaço alternativo importante sobre o tema do conflito armado e da paz no país a partir da sociedade civil, em contraponto às visões tanto do Estado quanto dos atores armados e suas propostas sobre este tema.

O prolongado conflito armado na Colômbia trouxe diferentes respostas e consequências para a sociedade civil e organização social. Por um lado, como salientam alguns autores (Pécaut 1999; Cubides 2004), muitas organizações sociais foram banidas ou ficaram enfraquecidas como consequência do ambiente de incerteza na base do confronto armado e devido aos assassinatos de líderes das regiões onde essas organizações atuam. Por outro lado, também surgiram na Colômbia formas de resistência ativa ao confronto por parte de diferentes atores sociais. Entendam-se por resistência ativa as manifestações públicas de repúdio à guerra e aos atores

O presente artigo analisa os resultados obtidos na dissertação de mestrado de Renata Moreno Quintero, do programa de Estudos Comparados sobre as Américas do Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas, orientado pela professora Sônia Ranincheski. Este trabalho recebeu o apoio da CAPES (Cooperação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) – Brasil, na forma de bolsa de mestrado.

Latin American Research Review, Vol. 45, No. 2. © 2010 by the Latin American Studies Association.

armados e a criação de estratégias de proteção contra os perigos oriundos do conflito, bem como a elaboração de propostas e discursos alternativos aos dos atores armados, que surgem, sobretudo, na década dos noventa.

As organizações indígenas constituem, na Colômbia, um ator social muito importante nesse tipo de manifestações contra a guerra, uma vez que conquistaram, nas últimas décadas, um espaço significativo na política colombiana e na sociedade civil. Também na perspectiva teórica dos novos movimentos sociais, salienta-se a importância que adquiriu o movimento indígena na América Latina. Este pode ser enquadrado na categoria de novo movimento social por ser um ator voltado para questões de cultura e identidade, por se encontrar fora do esquema classista e por ter uma atuação orientada para a sociedade civil que está redefinindo o campo da política e o conceito de cidadania, ao mesmo tempo em que se verifica o enfraquecimento dos atores tradicionais no continente, como por exemplo os movimentos operário e camponês.

Apesar dos indígenas representarem apenas 2% da população colombiana, o movimento indígena do norte do Cauca é atualmente o movimento social mais forte do país e aquele que mais aparece em público para manifestar-se contra os atores armados e participar das discussões sobre guerra e paz no país.

Diferentemente dos estudos que discutem a importância da identidade indígena assumida nas últimas décadas na América Latina (Gross 1991; Sotomayor 1998), este artigo busca entender como essa identidade se define na interface com os atores do conflito armado na Colômbia e como esse processo acaba trazendo, a partir da sociedade civil, redefinições e propostas importantes sobre o tema para o país, em contraste com outras organizações da sociedade civil que ainda não conseguem manifestar-se autonomamente devido aos atores armados e que sofrem os efeitos da guerra em suas regiões, com graves consequências para suas atividades e formas de vida.

O presente artigo tem como objetivo específico analisar a reação da organização indígena na região do norte do Cauca, na Colômbia, diante do confronto armado em seu território. Tenta também explicar as razões do êxito dessa organização indígena em organizar um tipo de resistência ativa ao confronto no período de 2000 a 2005.

O trabalho parte da perspectiva que privilegia o estudo dos elementos culturais e identitários para a compreensão das ações coletivas. Essa perspectiva é apresentada por Sonia Alvarez, Evelina Dagnino e Arturo Escobar (2001) no livro *Política Cultural e Cultura Política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos*. Os autores analisam a ação coletiva como uma ação significativa, que luta não só no campo material mas também no campo das significações, recorrendo, para tanto, a palavras e símbolos, criando novas definições sociais que competem pela hegemonia e redefinição do campo político na sociedade. Essa perspectiva é importante para poder entender

a resistência ao conflito armado não só como um conjunto de estratégias de sobrevivência, mas também como a criação de um espaço de significação distinta e oposta ao dos atores armados e do próprio Estado.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

A região de estudo foi escolhida por nela estarem presentes todos os grupos armados do país, além das organizações sociais que, apesar do agravamento dos confrontos, não foram banidas. Na região do norte do Cauca estão presentes os dois grupos armados do país: a guerrilha das FARC-ep (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia—exército popular), desde os anos sessenta, e mais recentemente os grupos paramilitares das AUC (Autodefesas Unidas da Colômbia), a partir do ano 2000. Estes últimos buscavam disputar com a guerrilha o controle dessa região, que é de alto interesse para os grupos armados por sua posição geográfica e pela presença de cultivos ilícitos. Isso fez disparar as estatísticas de confrontos armados, massacres, deslocamentos forçados da população e assassinatos seletivos, muitos dos quais vitimaram lideranças sociais.

Incluída no estudo está a Associação de Cabildos¹ Indígenas do Norte do Cauca (ACIN), criada em 1994. Este grupo reúne e representa os Cabildos dos 17 resguardos localizados nos oito municípios da região norte do Cauca: Jambaló, Toribio, Caloto, Santander de Quilichao, Buenos Aires, Corinto, Miranda e Suárez. Representa, portanto, uma população de 129.534 pessoas e é reconhecida pelo Estado como entidade pública de caráter especial. Sua função é apoiar a gestão dos Cabildos, coordenar atividades conjuntas e providenciar recursos para a região. Tem sua sede no município de Santander de Quilichao, localizado a uma hora de Cali, capital do Departamento do Valle do Cauca, principal capital do sudoeste colombiano. Os indígenas da região norte, membros desta organização, pertencem à etnia *paez* ou *nasa*.

Apresentaremos as interpretações e definições encontradas nos discursos dos membros do movimento indígena norte-caucano, que fornecem os marcos para a ação² desta organização em face do conflito armado. Argu-

1. O Cabildo é o órgão representativo que exerce a autoridade em cada resguardo (território indígena reconhecido desde o período colonial, com as características de indivisibilidade, irredutibilidade e inembargabilidade). Apesar de ser uma instituição trazida pelos espanhóis, o cabildo foi apropriado pelos indígenas como figura de poder em seus territórios.

2. Faz-se referência aos discursos usados pelos movimentos para justificar sua contestação e mobilizar seus elementos. Esses discursos giram em torno de símbolos culturais selecionados e procuram interpretar a situação no âmbito da qual se produz a luta e dar sentido às causas ou objetivos que o movimento defende. Por meio desses marcos, os movimentos identificam as injustiças e seus responsáveis e formulam soluções. Segundo Tarrow, as lideranças são os principais atores na criação desses marcos, pois concorrem

mentaremos que estes marcos, além de sustentarem os processos de resistência levados a cabo por esta organização, se traduzem em uma política cultural³ do movimento que representa a criação de um espaço alternativo importante sobre a questão do conflito armado e da paz no país.

Segundo Tarrow (1997), os marcos de ação são meios pelos quais os movimentos identificam as injustiças e seus responsáveis e formulam soluções para as mesmas. Levando isso em conta e para facilitar a análise, identificaram-se interpretações das organizações indígenas e camponesas no tocante a três temas: (1) a natureza do confronto armado; (2) os atores desse confronto; e (3) as soluções para o conflito no país, que, por sua vez, concorrem com as concepções tanto do Estado como dos atores armados sobre o confronto e as soluções para o mesmo.

As fontes buscadas para as interpretações de ambas as organizações foram: (1) discursos das lideranças nos eventos públicos como assembléias (duas), audiências (uma) e foros (um) que assistimos durante o trabalho de campo; (2) material interno da organização, que consiste em: “A Resolução de Vitoncó” (1985), cujo eixo fundamental é a ênfase pela autonomia nos territórios indígenas; a “Declaração de Jambaló” (1999), no qual o movimento indígena formaliza sua posição com respeito aos grupos armados em seu território; a “Proposta de Paz” da ACIN (2004, 2006a, 2006b, 2007); o documento intitulado “A resistência Nasa”, também da ACIN, (2004, 2006a, 2006b, 2007); o “Mandato Indígena e Popular”, de 2004, resultado da passeata para Cali; (3) entrevistas com algumas lideranças e membros da organização indígena; (4) material audiovisual da organização.

Argumentaremos que os elementos culturais da política da organização indígena parecem fornecer significados à definição de uma identidade particular que os diferencia dos atores armados e da identidade indígena criada pelo Estado, alimentando as diversas definições e práticas alternativas criadas por essa organização em meio ao confronto e as suas propostas de paz e mudança social na Colômbia, legitimando suas estratégias e permitindo-lhes contestar os atores armados e o Estado.

O DISCURSO DA ORGANIZAÇÃO INDIGENA SOBRE CONFLITO E PAZ NA COLÔMBIA

A longa duração e a complexidade do conflito armado no país parecem refletir-se em uma diversidade de perspectivas sobre o mesmo, não havendo uma única definição sobre a natureza do conflito que seja com-

pela supremacia cultural com outros movimentos, agentes dos meios de comunicação e o Estado (Tarrow 1997, 216).

3. A política cultural dos movimentos sociais é definida, na perspectiva de Escobar et al. (2001) como o resultado de articulações discursivas que se originam de práticas culturais existentes e do contexto de determinadas condições históricas que entram em ação quando conjuntos de atores sociais entram em conflito (Escobar et al. 2001, 24).

partilhada por toda a população. Pelo contrário, diferentes definições e perspectivas são sustentadas pelos diversos setores que concorrem entre si e, por sua vez, desenvolvem diferentes perspectivas para a solução do confronto armado no país.

As definições dos seguintes setores são importantes para entender a posição do movimento indígena:

1. O governo do atual presidente Álvaro Uribe caracteriza-se por ter negado a existência do conflito armado no país. Segundo ele, o que existe são grupos de terroristas que agem na ilegalidade, alimentados pelo negócio do narcotráfico e sem fins políticos, exigindo a aplicação do poder militar do Estado para derrotá-los. Essa versão é defendida pelo governo nos âmbitos nacional e internacional e é um dos argumentos que leva o governo a rejeitar a realização de acordos políticos com a guerrilha e o intercâmbio humanitário.
2. A guerrilha, por sua parte, argumenta que o motivo da sua luta é político e a causa de sua rebelião é o fechamento do sistema político no país e a desigualdade social existente, produto do monopólio do Estado em poder da classe capitalista e imperialista. Sua luta, portanto, é definida como luta das classes oprimidas contra as dominantes, em busca da tomada do poder.
3. Os paramilitares, por sua vez, justificam suas ações como anti-insurgentes e necessárias devido ao grande poder alcançado pela guerrilha no território nacional.⁴

Dessas três perspectivas – do governo, da guerrilha e dos paramilitares – a organização indígena estudada diverge pelas seguintes definições sobre o que considera ser a verdadeira natureza do conflito no país, os atores armados e as soluções do problema:

A NATUREZA DO CONFLITO ARMADO NO PAÍS: O CONFRONTO COLOMBIANO SOB A PERSPECTIVA INDÍGENA

Os indígenas têm objeções tanto aos paramilitares quanto à guerrilha e ao Estado. Os entrevistados da ACIN rejeitam a negação do conflito armado no país, defendida pelo governo de Álvaro Uribe; afirmam que o conflito realmente existe e posicionam-se como testemunhas dessa existência. Discutem também o atual processo de desmobilização dos paramilitares implementado e defendido pelo governo. Segundo as fontes oficiais, o desmantelamento das estruturas paramilitares no país é um fato, mas os indígenas denunciam, quase todos os dias, em seus comunicados públicos e

4. Desde 2003, os paramilitares da AUC se encontram em processo de desmobilização com o governo do presidente Álvaro Uribe. Entretanto, novos grupos paramilitares parecem estar se organizando e agindo em diferentes regiões, segundo informes de organismos internacionais e nacionais de direitos humanos.

nas notícias veiculadas em sua página na *web*, a continuidade da presença dessas estruturas e o acionamento de novos grupos paramilitares, sob o nome de Águias Pretas, que avançam na ocupação territorial, colocando em xeque o êxito pretendido pelo atual governo. Além disso, criticam a atual política de segurança do governo, propondo novos significados para os termos da mesma e exigindo a desmilitarização de seus territórios.

É preciso falar para o Presidente que mude essa palavra de segurança democrática (nome da atual política) pelo termo de insegurança, porque é quando mais deslocados pela violência e mais mortes houve (Entrevista com Marcos, conselheiro da ACIN, fev. 2007).

Opõem-se também à guerrilha, afirmando que, na prática, ela luta contra os pobres e não em favor deles. Mostram seu desacordo com o fato da guerrilha declarar estar realizando uma revolução para o povo, mas, ao mesmo tempo, assassinando o povo.

A guerrilha tem um projeto político que diz que vai defender os pobres, mas atua matando os mesmos pobres por comentários, por difamações (Discurso de Ezequiel Vitonás, coord. ACIN, fev. 2007)

Eles dizem (a guerrilha) que estão protegendo o povo e resulta que estão matando o povo, estão confundindo o povo, eu mesmo fui acusado de ser um informante e o Cabildo tem sido muito acusado (Entrevista com Fernando, coord. Guarda Indígena, fev. 2007)

Por fim, rejeitam os paramilitares, justificando sua atuação no conflito atual como anti-insurgente e afirmando, ao contrário, a existência de interesses econômicos por trás da guerra na Colômbia e uma ligação entre esses interesses e o atual governo.

Os indígenas argumentam, em documento oficial, que o verdadeiro objetivo da guerra é o controle dos recursos naturais e das riquezas econômicas por parte dos agentes que impulsionam a globalização e o neoliberalismo, dos quais os paramilitares seriam os defensores.

Esta guerra se dá para que haja deslocamento da população civil e fiquem livres os territórios para as multinacionais (Ezequiel Vitonás, A Resistência Indígena, documento interno, ACIN).

A situação de emergência se deve a um problema de fundo relacionado com a estratégia neoliberal e a globalização. A ALCA e o TLC representam as formas de agressão pelas quais se realizam as reformas constitucionais e as que, em última instância, servem à guerra e ao terror (Mandato Indígena e Popular 2004b).

Além disso, segundo o discurso dos líderes indígenas, o conflito afeta especialmente os indígenas desta região por serem portadores de uma proposta alternativa de país e representarem uma via diferente de desenvolvimento.

Os fatos que viemos registrando, assassinatos, massacres, obedecem a uma estratégia pensada e executada para impedir o fortalecimento de nosso Plano de Vida.

Não são atos isolados, nos matam por sermos diferentes e porque nossa luta visa construir um país novo e o mais justo possível (Discurso de Feliciano Valencia, Audiência Pública de Corinto 2007)

Todo o conteúdo do discurso dessa organização indígena tenta deixar claro que o conflito é alheio à população indígena e que nenhuma das partes envolvidas representa os seus interesses.

Retomando a história e o passado, os indígenas identificam uma continuidade entre a guerra atual e as guerras ocorridas na Colômbia no passado, como por exemplo a guerra pela independência; a guerra dos Mil Dias, no início do século XX, entre o partido liberal e o conservador e a violência partidarista dos anos cinquenta, interpretando-as todas como guerras em que os indígenas acabaram envolvidos sem obter nenhum benefício, já que nenhuma delas foi declarada em nome deles, apesar de sempre terem sido usados como combatentes. Existe, portanto, entre os indígenas, a noção de tempo histórico do conflito.

Na “Resolução de Jambaló” (1999), declaram: “Tanto no passado quanto no presente, temos sido vítimas de uma guerra que não é nossa, que não entendemos nem apoiamos”. Um dos líderes na Audiência Pública de Corinto (2007) afirma, nesse mesmo sentido: “Não queremos mais ver nossos filhos caindo no meio desta guerra que não é nossa e que simplesmente procura uma justificativa, seja da esquerda ou da direita”.

Reiteradas vezes, tanto nos discursos das lideranças como nas falas dos membros de base nos documentários e nas entrevistas, os indígenas da organização estudada afirmam o caráter ilegítimo e prejudicial do conflito armado, razão pela qual rejeitam participar do mesmo. “Participar desta guerra não se justifica porque na verdade estamos matando a nós, os mesmos pobres, e a sociedade civil é a única que está pagando os custos desta guerra” (indígena no documentário “Guerra no Cauca” 2005).

Os indígenas dessa organização acabam, portanto, intervindo na arena política do país, onde o tema do conflito armado está sempre presente mas tem sido monopolizado pela visão do governo em nível nacional e, nas regiões, pelas visões dos grupos armados, enquanto a sociedade civil raramente faz ouvir a sua voz. Participam, assim, da disputa entre as diferentes definições do conflito armado no país, oferecendo novos parâmetros e reagindo contra as concepções reducionistas do governo e dos grupos armados.

OS ATORES ARMADOS VISTOS A PARTIR DA PERSPECTIVA INDÍGENA: TRÊS ATORES QUE NÃO CONSEGUEM REPRESENTAR A ESPECIFICIDADE INDÍGENA

O discurso dos indígenas sobre os atores armados é diferente do discurso de outros setores pois coloca em pé de igualdade os militares, paramilitares e guerrilheiros. Todos fazem a guerra para provocar deslocamentos, desrespeitam a população e seus territórios, acusam os indígenas

de pertencerem ao outro lado, atacam as autoridades e os processos indígenas e não representam os interesses dos mesmos.

Há um grupo que são os capitalistas, que quer transformar tudo em dinheiro e com essa vontade está interessado no território. Há outro que fala o contrário, mas também quer ter esse território para dominá-lo. No norte do Cauca estão assentados os da extrema direita: grupos como o Exército, a Polícia e todos os grupos estatais, além dos grupos paramilitares, que acompanham ou concordam com a extrema direita; mas também há grupos como a guerrilha das FARC, também extremas e que enxergam que o movimento indígena está no centro, propondo um plano de vida (Entrevista com Marcos, conselheiro da ACIN, fev. 2007).

Segundo informações da base de dados da revista *Noche y Niebla*,⁵ os grupos armados das FARC e as AUC marcaram sua presença durante este período de forma a afetar especialmente a população civil por meio de assassinatos seletivos, massacres, ataques contra zonas urbanas, ameaças, confrontos em meio à população e, segundo as entrevistas realizadas, também através de atos de recrutamento da população mais jovem. Muitas ações desses grupos visavam promover o deslocamento forçado da população, segundo a informação analisada, com o intuito de estabelecer um domínio territorial dos grupos armados e remover as bases sociais do grupo contrário.

Muitas das ameaças dos paramilitares (AUC) recaem sobre líderes indígenas *paeces* e camponesas da região. Em 2002, as vítimas foram as lideranças e colaboradores da ACIN,⁶ além de um membro da guarda indígena do Cabildo de Canoas.⁷

As pessoas são coagidas pelos paramilitares (AUC), por meio de demonstrações de terror, a abandonar a região. O caso mais significativo foi o acontecido no Alto e Baixo Naya, onde moravam camponeses negros e indígenas: mais de quarenta e cinco pessoas foram assassinadas por cerca de 500 paramilitares durante aproximadamente oito dias, de 8 a 16 de abril de 2001.⁸ Em 2000 e 2002, as AUC declararam inimiga qualquer autoridade governamental que apoiasse com dinheiro as FARC ou o ELN.⁹

As lideranças indígenas e camponesas que fizeram reivindicações aos poderes locais da região também se tornaram alvos das AUC. Em 2005, os indígenas da região levaram a cabo, por exemplo, alguns atos de posse de terra aos quais deram o nome de “Libertação da Mãe Terra”, ocupando fazendas com o intuito de protestar pela falta de terras e salientar a necessidade de uma reforma agrária no país. Essas ações receberam o repúdio

5. Esta base de dados é elaborada pelo CINEP (Centro de Investigación e Educação Popular) e Justicia y Paz, encontra-se disponível gratuitamente no site www.nocheyniebla.org, e contém descrição de casos considerados violações de direitos humanos.

6. *Noche y Niebla*, No. 23, janeiro–março 2002.

7. *Noche y Niebla*, No. 24, abril–junho 2002.

8. *Noche y Niebla*, No. 20, abril–junho 2001.

9. *Noche y Niebla*, No. 18, outubro–dezembro 2000.

tanto do governador do Departamento do Cauca quanto do Presidente do país, que responderam enviando a Força Pública para reprimir estes atos.

No que diz respeito às FARC, muitas de suas ações acabam afetando significativamente as organizações indígenas da região. Foram ameaçadas autoridades governamentais como o Governador do Cabildo de San Francisco, o Presidente do Conselho de Toribio, o Governador do Cabildo de Toribio e um líder da Aliança Social Indígena,¹⁰ tendo sido o Governador do Cabildo ameaçado por guerrilheiros do grupo Jorge Eliécer Gaitán. As FARC também ameaçaram de morte os moradores da reserva do resguardo indígena deste município e do município de Corinto. Além disso, ameaçaram e assassinaram Cristobal Secue, um dos líderes mais representativas do movimento indígena¹¹ e, no ano seguinte, mataram o sucessor deste, Aldemar Pinzón,¹² no município de Caloto. Segundo as informações analisadas, as FARC parecem realizar suas ações contra grupos organizados autônomos que representem uma alternativa de organização popular distinta à sua proposta e fora de seu controle. Assim, nas diversas ameaças que realizam às lideranças indígenas, acusam-nas de dividir o movimento popular e de se colocar, dessa forma, ao lado do Estado e das forças que pretendem acabar com os setores populares ou dominá-los.¹³

Os combates entre as FARC e o Exército afetam especialmente os indígenas assentados no território por este coincidir com as zonas de presença da guerrilha; cerca de 2.000 pessoas, somando camponeses e indígenas, foram deslocados da região.¹⁴ A Força Pública, por outro lado, marcou sua presença, no ano de 2005, com o maior número de casos de violações dos direitos humanos registrados no período (14). Tanto a Força Pública quanto os paramilitares acusam os indígenas de serem colaboradores da guerrilha.

Os indígenas contestam tanto as acusações do Estado e dos paramilitares quanto as da guerrilha que os colocam à direita ou à esquerda do espectro político, defendendo, em contraposição, uma identidade diferente, que não estaria nem do lado da guerrilha nem do lado dos paramilitares e sim do lado das suas próprias autoridades e seus Planos de Vida. Dessa forma, abrem uma terceira possibilidade para a sociedade civil em meio ao confronto. A criação desta identidade, no entanto, tem raízes na história do movimento indígena.

10. *Noche y Niebla*, No. 20, abril–junho 2001. Aliança Social Indígena é um partido político deste movimento.

11. *Noche y Niebla*, No. 20, abril–junho 2001.

12. *Noche y Niebla*, No. 25, julho–setembro 2002.

13. Comunicado das FARC lido durante uma assembléia indígena no resguardo de Cañas, durante a realização do trabalho de campo, em março de 2007.

14. *Noche y Niebla*, No. 31, janeiro–junho 2005.

Os distanciamentos entre o movimento indígena norte-caucano e a guerrilha são vários e começam com o surgimento do CRIC (Conselho Regional Indígena do Cauca), criado em 1971. A guerrilha, de acordo com o discurso desta organização, é acusada de não reconhecer a especificidade da luta indígena nem a autoridade dos Cabildos dentro do território indígena. Além disso, os indígenas declaram explicitamente que “o movimento indígena não entende nem assume o tipo de luta da insurgência a partir de uma leitura marxista” (Dorado 2004, 160).

No âmbito do discurso guerrilheiro, as diferenças étnicas estão num segundo plano e a ênfase é a luta do povo colombiano, considerado de forma homogênea como classe operária, na qual a guerrilha seria a vanguarda da luta para construir uma nova nação segundo os princípios socialistas. Assim disse Manuel Marulanda, o histórico cabeça das FARC, aos indígenas, em um encontro no Caguán: “o primeiro é sermos colombianos, o segundo é sermos índios, negros; hoje é o país, a nação”.¹⁵ Por outro lado, esse discurso em torno da nação não leva em conta os interesses dos indígenas que testemunharam durante sua história o fato de que a construção da nação colombiana deixou-os marginalizados e destituídos de seus direitos.

De fato, nos discursos das lideranças indígenas é quase sempre lembrado que a Constituição Política de 1886 os declarava seres sem capacidade de juízo, menores de idade e quase animais. Essa definição persistiu por boa parte do século XX, apesar de também eles terem lutado pela independência do país. Da mesma forma, a união dos indígenas na luta pela República Liberal ao lado deste partido, no início do século XX, não se refletiu na melhora de suas condições. Pelo contrário, uma vez no poder, o partido promoveu a dissolução dos resguardos¹⁶ como forma de garantir o acesso dos capitais ao livre mercado de terra. Dessa forma, as prioridades se contrapõem: “Antes de colombianos, nós, os povos indígenas, somos os antigos povoadores destes territórios e gestores de nosso próprio processo” (CRIC 1999). Os indígenas se distanciam do discurso guerrilheiro, defendem a especificidade de sua luta e a prioridade das diferenças culturais e dos direitos diferenciados dentro do conceito de nação, bem como a autonomia de seu processo.

A relação com métodos violentos e uso de armas é outro aspecto em que o movimento indígena se diferencia da guerrilha, dos paramilitares e das forças estatais. O movimento indígena norte-caucano atual condena a utilização da violência como forma de luta social e defende as formas pacíficas de expressão.

15. Entrevista com Manuel Ramiro, assessor da ACIN, mar. 2007

16. Territórios indígenas reconhecidos desde o período colonial e com as características de indivisibilidade, irredutibilidade e inembargabilidade.

Se nos armássemos, já não seríamos diferentes deles (atores armados). A arma dos indígenas é o cetro e o pensamento, defendendo as idéias que temos (Trecho do documentário "Somos Alzados em Bastones de Mando." ACIN 2006c).

Os atores armados são representados nos discursos indígenas como portadores de projetos de morte devido à utilização de métodos violentos. Em contraposição, os indígenas estariam defendendo o Projeto de Vida. Esta frase é utilizada amplamente nos discursos e como lema de mobilizações e ações públicas, dando um sentido ético e superior às ações desenvolvidas.

Hoje há uma guerra que está invadindo nosso território, uma guerra que não é nossa e da qual não compartilhamos, nem aceitamos, porque para nós as armas não são o caminho para a busca e a reivindicação dos direitos sociais; porque as armas levam à morte dos nossos semelhantes, não somente à morte de nós humanos, senão também à morte de nossos territórios, da natureza e do mundo (ACIN. 2004a. *Reconstruindo o Direito Próprio protegemos a vida, para continuar em resistência.*)

Nós defendemos a vida do ser humano sem importar que ele seja católico, protestante, de esquerda, de direita, polícia, camponês, negro ou índio. (Entrevista com Marcos, conselheiro da ACIN, fev. 2007).

O que temos que implementar aqui é um diálogo, pois infelizmente a proposta que tem ambos os setores, tanto da esquerda quanto da direita, é de quem mais bala atira, quem faz mais massacres, é uma proposta de morte e nunca vão chegar a um fim (Entrevista com Marcos, conselheiro da ACIN, fev. 2007).

A posição pacifista dos indígenas nem sempre foi a mesma e foi desenvolvida mais fortemente depois da própria experiência de guerrilha e a partir da promulgação da Constituição de 1991, com sua aspiração de abertura democrática. Essa constituição abriu novos cenários para a expressão do movimento indígena já que, além de criar novos espaços e condições para o desenvolvimento do jogo político, reconheceu certos direitos políticos, sociais e culturais de grupos étnicos minoritários. Com ela os indígenas ganharam, entre outros benefícios, a jurisdição especial sobre seus territórios, o acesso às transferências da nação de acordo com a população dos resguardos, a oportunidade de participação política e o reconhecimento de seu idioma como idioma oficial.¹⁷

Estas transformações do regime político que possibilitaram novas formas de expressão através dos canais institucionais levaram ao fim do movimento guerrilheiro indígena Quintín Lame, que foi criado em 1984¹⁸

17. Na Assembléia Nacional Constituinte, os indígenas utilizaram estrategicamente o discurso global em favor da diversidade cultural, estruturado a partir das conferências internacionais que se desenvolveram na década dos oitenta contra a discriminação dos índios (Castillo 2005, 310).

18. Os indígenas responderam ao agudo ambiente de repressão contra as organizações populares existente no país na década de 80 (que estigmatizava qualquer manifestação de demandas sociais como aliadas da insurgência) e às pressões dos grupos guerrilheiros com

e entregou suas armas em 1991, marcando o início de uma nova dinâmica entre as comunidades indígenas. Além disso, o grupo modificou sua atuação, pois as autoridades indígenas perceberam que as novas circunstâncias aumentavam demais os riscos de manter esse movimento armado, dadas as consequências imprevisíveis e aos limites impostos pelo uso da violência. Abre-se, assim, o caminho para a busca de propostas pacíficas por parte desse movimento.

Voltando aos atores do conflito armado, tanto o Exército quanto os paramilitares são vistos, nos discursos indígenas, como agentes das políticas neoliberais e multinacionais que querem apoderar-se dos territórios indígenas para favorecer os interesses das mesmas, repetindo a história de desapropriação de territórios que os indígenas já viveram por ocasião da entrada das forças capitalistas nas regiões que antes lhes pertenciam.

Não é verdade que o governo nacional, por meio do exército, vai cuidar de nós, de que vai cuidar de nós se nós somos pobres? O que ele faz é fortalecer a guerra para que nós desocupemos os territórios e, depois, com a necessidade da fome, nos transformemos em jornaleros e empregados, e esse fim nós já vimos (Entrevista com Marcos, conselheiro da ACIN, fev. 2007).

Diante dos grupos armados a posição defendida é uma de autonomia, oposta à submissão a qualquer desses grupos e distinta do conceito de neutralidade.

A autonomia é entendida como a postura em defesa de seus Projetos Comunitários (Planos de Vida) e a favor de suas autoridades em preferência a qualquer outra proposta ou grupo.¹⁹ No que diz respeito a este conceito, a palavra Autonomia foi introduzida explicitamente como objetivo no X Congresso do CRIC, em 1997, juntando-se aos outros termos como Terra, Unidade e Cultura. O sentido mais amplo e rigoroso é dado na “Resolução de Jambaló” (1999), que define os pontos específicos da luta pela autonomia e o caminho para logr-la.

O conceito de autonomia para a organização indígena abrange as dimensões territorial, econômica, política e cultural. Sua resolução estabelece posições claras frente aos atores armados, ao narcotráfico, aos diferentes movimentos religiosos, aos partidos tradicionais, à situação geral do país e à educação, enfatizando a autonomia diante destes e diante da autoridade nos territórios indígenas da comunidade e dos Cabildos.

a criação de um grupo guerrilheiro chamado Quintín Lame. Este grupo foi criado como estratégia para defender as recuperações de terras ameaçadas pelos ataques dos “pássaros” e de grupos armados contrários à organização indígena, mas o próprio grupo foi constituído com a ajuda do grupo guerrilheiro M-19, que outrossim se mostrava mais aberto às demandas de autonomia do movimento indígena e se manteve sob a direção dos Cabildos, sem provocar a quebra do movimento social.

19. Esta é também a forma que usam para defender sua posição como não neutra.

Essa posição de autonomia parece estar sustentada, além disso, na construção da identidade indígena *nasa*²⁰ como identidade ligada ao conceito de resistência à dominação que os atores externos pretendem impor a suas comunidades. O termo resistência é usado nos discursos indígenas para explicar tanto a posição dos indígenas à época da conquista espanhola como as sucessivas etapas, até hoje, de modo que os indígenas são representados nos discursos das lideranças como aqueles que têm sempre resistido às diferentes formas de dominação. Essa posição de resistência estaria espelhada nas diferentes figuras históricas do povo *nasa*, como Juan Tama e a Cacica Gaitana, os quais, de formas diferentes, se opuseram e resistiram ao domínio dos colonos espanhóis; Manuel Quintín Lame, que se opôs aos proprietários de terra, no começo do século XX; o padre Álvaro Ulcué Chocué, que lutou nos anos oitenta em favor do desenvolvimento da consciência e identidade indígena; Cristóbal Secue e Aldemar Pinzón, que lutaram nos anos noventa pelo desenvolvimento de formas próprias de justiça nos resguardos indígenas, em oposição às pretensões de autoridade da guerrilha. Assim sendo, essas figuras representam uma continuidade nos objetivos de luta e nas posições de resistência desta população e são lembradas cotidianamente em quase todos os discursos das lideranças indígenas, assim como nas falas dos membros da base, incluindo o discurso dos opositores indígenas no âmbito do movimento.²¹

A CULTURA COMO FONTE DE RESISTÊNCIA NO CASO INDÍGENA

O sujeito indígena nos discursos das lideranças e nas representações feitas no material audiovisual do movimento é construído como uma identidade diferenciada que, além de resistente, tem uma relação diferenciada com a comunidade e o cosmo. É um sujeito que vive em comunidade e em concordância com as leis derivadas de uma cosmogonia própria. Além de sua validade antropológica, essa construção parece comportar-se como fonte de elementos de diferenciação que, neste caso, fornece também fronteiras divisórias com os atores armados e outros agentes externos.

Assim sendo e antes de empreender qualquer projeto ou estratégia, as lideranças devem consultar tanto a comunidade quanto os espíritos (o trovão, o arco, o fogo, o duende), através do médico tradicional. Este é o pro-

20. Nome da etnia a que pertencem os indígenas da zona norte do Cauca.

21. Na intervenção realizada pela liderança do grupo "Netos do Quintín Lame" (grupo de 200 jovens que levanta críticas e promove ações contrárias às autoridades do movimento) na Assembléia realizada em Tacueyó, durante meu trabalho de campo, uma moça indígena fez referência à sua semelhança com a Gaitana e contou como as pessoas que a conheciam falavam que sua história era parecida com a dela. A Gaitana foi uma cacique que, na época da Conquista, se defrontou com os espanhóis de forma heróica depois que estes mataram seu único filho.

cedimento estipulado nas formulações do direito próprio,²² que também é colocado efetivamente em prática, como mostram as entrevistas, quando os guardas contam que consultaram os médicos tradicionais antes de tomar posse dos seus cargos. No caso do resgate do prefeito sequestrado pelas FARC em 2004, a decisão da busca apoiou-se em consulta aos médicos para assegurar seu êxito. No caso da rádio indígena, antes de dar início ao projeto com o governo foram consultados os médicos tradicionais, que concederam aprovação após uma série de ritos; posteriormente, a assembléia ratificou a decisão de impulsionar o projeto.

Todos esses elementos servem para demarcar diferenças do movimento indígena diante dos atores armados e justificar suas estratégias. Um guarda indígena, por exemplo, fala da seguinte maneira sobre eles e os atores armados:

Eu sempre ajo a partir dos mais velhos, eles são os que falam para nós o que devemos fazer. Quando nós planejamos uma coisa, sempre nos armamos do coração e isso depois sobe para a cabeça. O indígena sempre age a partir do coração, a cabeça é para pensar, mas o sentimento sai do coração, depois sim, vem o físico, porque depois seguem as pernas, os braços. Diferente do Exército, eles preparam os soldados fisicamente, mas não os corações nem as cabeças. Uma vez eu falei para eles (membros do Exército) “você são piores do que uma besta”. Eu falei isso também sentado cara-a-cara com os capitães e chefes da guerrilha, porque eles estão pensando a partir da cabeça, mas não do coração. Por isso o Nasa Yuwe (língua *nasa*) manda pôr o coração primeiro”. (Entrevista com Fernando, coordenador guarda indígena, fev. 2007).

Assim, a decisão de não permitir a interferência de autoridades externas em seu processo e território e a convicção de que somente eles, os indígenas, podem mudar suas condições, são reiteradas nos diversos discursos e entrevistas:

Não deixemos que as nossas lutas sejam tratadas por pessoas alheias, já que é nossa responsabilidade e compromisso (Discurso de Feliciano Valencia na Assembléia de Canoas, mar. 2007).

A guerrilha queria mandar em nós, e aí foi que falamos para eles: Vocês não mandam em nós, nós mandamos em nós mesmos (Entrevista com Fernando, coordenador da guarda indígena, fev. 2007).

Estamos dispostos a defender nossas culturas a partir do convencimento de que nem o governo, nem os grupos armados, nem os homens eminentes mudarão nossas condições atuais, mas que seremos nós mesmos, unidos e organizados como povos indígenas, utilizando a educação que nossa mãe terra nos oferece, que vamos construir um projeto de vida para enriquecer os processos de construção de uma Colômbia verdadeiramente democrática (Declaração de Jambaló 1999).

Dessa forma, os indígenas condenam de maneira igual todos os atores armados, salientam a falta de representação no âmbito dos projetos desses

22. ACIN. 2004a. *Reconstruindo o direito próprio protegemos a vida para continuar na resistência*. Documento de trabalho.

atores e utilizam elementos de sua própria política da identidade para se diferenciar dos mesmos e legitimar seus métodos pacíficos.

SOLUÇÕES PARA O CONFLITO ARMADO NO PAÍS: INDÍGENAS APOIANDO A SOLUÇÃO DIALOGADA PARA O CONFLITO DA CRISE SOCIAL

A prática cotidiana das comunidades indígenas de discutir coletivamente os temas da agenda pública e a problemática dos seus territórios²³ levou a uma análise e preparo de propostas também em torno do tema de interesse público da paz e da guerra no país. O governo, até o momento, não envolveu a sociedade civil na discussão desse tema, embora o mesmo também afete diariamente as comunidades indígenas. Entre os indígenas, a discussão foi outrossim motivada pela desmobilização do M-19 em Tacueyó, nos anos 90, levando até seus territórios uma etapa do processo de paz do governo com as guerrilhas.

Além disso, a organização indígena nesta região desenvolveu projetos coletivos como os Planos de Vida, a partir dos quais seus membros podem avaliar e opinar sobre as várias propostas e dinâmicas que os afetam.

Quanto à participação desta organização no tema da paz no país, recentemente as lideranças indígenas definiram o momento atual do processo indígena como de construção da “Alternativa”, referindo-se à intenção do movimento de apoiar ativamente a construção de um país melhor. Essa fase vem após o movimento indígena ter passado pelas etapas de “Resistência” (durante a qual teriam conseguido sua sobrevivência como povos frente à conquista espanhola e recuperação de seus direitos, territórios e autoridade) e de “Autonomia” (quando construíram seus próprios governos e projetos de vida). A etapa “Alternativa” consistiria na abertura do movimento indígena ao trabalho conjunto com outros setores marginais e na decisão de levar o pensamento, posições e propostas do movimento aos diversos cenários nacionais e internacionais,²⁴ para poderem ser ouvidos.

Dessa forma, a partir de 1999, os indígenas tentam participar e abrir a discussão pública sobre o tema da paz na Colômbia. O Congresso Extraordinário dos Povos Indígenas do Cauca de 1999 estabeleceu um Território de “Convivência, Diálogo e Negociação” no resguardo de Maria-Piendamó, apresentando uma proposta paralela à zona de distensão que o Governo Nacional e as FARC haviam estabelecido no Caguán.²⁵ Com

23. Lembremos que diversas leis já foram discutidas, em assembléias públicas nos diferentes resguardos, como por exemplo as leis de desenvolvimento rural, florestas e minas, assim como políticas do governo como o Plano Colômbia.

24. Trecho do Discurso de Feliciano Valencia no Foro Conflito e Paz na Colômbia, Popayán, 3 de fevereiro de 2007.

25. Município do Departamento de Caquetá, região sul do país, onde as FARC tiveram presença muito forte.

esta proposta, os indígenas assinalaram que não se sentiam representados na mesa de negociações entre o Governo Pastrana e a cúpula das FARC e anunciaram seu intuito de construir uma proposta de saída negociada do conflito armado, juntamente com outros setores da sociedade civil.

Este espaço serviu para a realização de diferentes fóruns, assembléias e cátedras para a paz que ajudaram a definir, juntamente com outras organizações sociais, os aspectos políticos do Plano Colômbia e desenhar uma proposta para o mesmo. A proposta, conhecida como Plano Alternativo, conseguiu atrair a atenção da comunidade internacional, mas a afluência a esse espaço tem sido inconstante e dificultada pelos ataques das forças militares que ocorrem cada vez que os indígenas planejam uma manifestação.²⁶

Através dessas propostas e processos, o movimento indígena faz um apelo muito importante à sociedade civil colombiana para que quebre o silêncio e a quietude que manteve em torno do tema do conflito armado e seus atores.

Com relação ao processo de paz e em contraposição à proposta militarista do atual governo, a organização indígena defende a via do diálogo mas difere de outras tentativas passadas de diálogo no sentido de que esta deve incluir a sociedade civil e procurar soluções práticas a curto, médio e longo prazos.²⁷

Na Resolução de Jambaló, declara seu intuito de:

Fazer um chamado a todos os setores civis e atores da violência para nos sentarmos em uma mesa, para dialogarmos e analisarmos a realidade, distinguirmos os pontos convergentes e divergentes e, sob o signo da tolerância e da unidade na diversidade, desenharmos caminhos de solução que confluam em interesses comuns e contribuam ao desenvolvimento regional e nacional (Resolução de Jambaló 1999).

A proposta de paz, na perspectiva dos indígenas desta organização, não apenas diz respeito aos atores armados mas também dá alta importância à solução das desigualdades sociais existentes no país, identificadas por eles como sendo os fatores principais que alimentam o confronto armado.

O Estado tem que fazer uma proposta de diálogo mas também uma proposta social, porque o problema número um aqui na Colômbia não é a guerra, não é tanto a guerrilha, a delinquência comum, é a necessidade, o desequilíbrio, a enorme desigualdade. Há camponeses que têm somente meio hectare de terra e criam cinco

26. Em maio de 2006, no contexto dos protestos “Pela Liberação da Mãe Terra”, os indígenas reunidos no espaço de Maria-Piendamó pediram ao governo o cumprimento dos acordos feitos e levantaram a necessidade de uma reforma agrária no país. A Força Pública respondeu com ataques aos manifestantes, resultando em um morto e vários feridos, além de estragos nas moradias e infra-estrutura do resguardo. Nesta ocasião, os indígenas tiveram que recuar e parar os protestos diante da resposta repressiva do Estado.

27. ACIN. 2004a. Reconstruindo o Direito Próprio protegeremos a vida para continuar na resistência. Documento de trabalho.

ou seis filhos, e há pessoas que têm cinco mil, seis mil hectares [. . .] O que propomos como indígenas é que haja igualdade, tem que haver uma reestruturação social aqui na Colômbia (Entrevista com Marcos, conselheiro da ACIN, fev. 2007).

Iguamente distintos da proposta guerrilheira, os indígenas da ACIN, por sua vez, enfatizam seu intuito de construir uma outra forma de poder: em vez de simplesmente tomar o poder, como reza a proposta guerrilheira, primeiro é necessário mudar as relações e estruturas sociais e políticas não democráticas (Dorado, 2004, 101).

Nesse sentido, a partir da própria experiência no processo de governo local, a organização indígena defende uma redefinição da relação com os políticos que valorize a democracia participativa direta, a produção comunitária de bens públicos (projetos comunitários, serviços sociais, formas organizativas e administrativas, relações e produtos culturais) e o controle comunitário dos processos; enfim, uma forma de governo distinta do sistema de democracia representativa, produção estatal de bens públicos e controle institucional (Espinoza 2003, 19).

Embora a organização indígena não consiga desenvolver plenamente todos esses conceitos na prática, ela está sempre envolvida, tanto nos discursos como nas estratégias planejadas, em propostas de definições alternativas para a construção do poder público nas quais este poder é proposto principalmente como resultado de um processo de baixo para acima, com as lideranças políticas redefinidas como servidoras da comunidade.

A partir das reflexões coletivas e da experiência em seu próprio processo, a organização indígena do norte do Cauca definiu, portanto, cinco propostas que não somente dizem respeito ao papel do Estado e do sistema político mas também implicam mudanças nas estruturas sociais e na cultura política do país. São elas:

1. Envolver as pessoas retiradas dos diferentes grupos armados em um processo de reinserção para que assim possam ajudar na construção do país que sonhamos, segundo as suas habilidades e as exigências da comunidade receptora.
2. O processo de paz deve respeitar as diferentes dinâmicas sociais, sem impor estruturas. É preciso promover organizações sociais ou comunitárias em comunidades onde elas ainda não existam e com o apoio de processos sociais bem sucedidos dentro e fora do país.
3. Impulsionar uma economia solidária, respeitosa do ambiente e dos direitos humanos e que inclua a economia familiar, associativa, mista e comunitária.
4. Impulsionar o desenvolvimento da universalidade do pensamento integral, priorizando uma nova ética pública.
5. Trabalhar na mudança do pensamento do dirigente pró-elite e ambicioso de poder para o pensamento de um servidor do povo, honesto e simples,

sem grandes salários, educado pelo poder popular, que peça contas e puna os desonestos (Proposta de Paz. Documento interno da ACIN).

Esta proposta está sendo atualmente ampliada e discutida pela organização indígena com a intenção de redigir uma proposta de Paz, Negociação, Justiça e Reparação.²⁸

criação de contra-públicos subalternos a partir do movimento indígena

Segundo a perspectiva que privilegia o estudo dos elementos de política cultural, esta se expressa e é dinamizada através de espaços externos às instituições, nos chamados contra-públicos subalternos. Nestes se formariam e exprimiriam os campos de significados anti-hegemônicos que ampliam a contestação discursiva; a partir daí se tentaria, então, participar da definição daquilo que é considerado político numa sociedade (Escobar et al. 2001). A construção de espaços alternativos não governamentais ou extrainstitucionais para exercer essa diferença, nos quais são construídas as identidades, demandas e necessidades subalternas, é um recurso importante para a ação e criação de significado dentro da perspectiva mencionada (Escobar et al. 2001, 42). É preciso, portanto, levar em conta os locais da produção e divulgação dos discursos do movimento indígena sobre o conflito armado no país.

A assembléia pública é um elemento muito importante da vida nos resguardos (parcialidades indígenas). O grande número de assembléias no decorrer do ano e a ampla participação e a importância dos temas tratados fazem das mesmas espaços alternativos onde o movimento indígena pode exercer diferenças e nos quais políticas culturais são postas em prática.

Estas assembléias são os locais onde os marcos de significado do movimento indígena são difundidos entre seus membros, criando posições unificadas e enriquecidas com a ajuda dos participantes. Nestas assembléias, os participantes analisam conjuntamente a realidade, refletem sobre seu futuro e definem estratégias de ação. Além disso, as assembléias constituem os espaços de exercício das práticas democráticas que o discurso indígena defende e promove. Todos os participantes têm o direito de falar e além disso a dinâmica de trabalho, ou seja, a discussão em comissões temáticas levadas depois à sessão plenária, permite que a maioria dos participantes possa apresentar suas opiniões e pontos de vista.

No trabalho de campo presencia a participação inclusive de membros dos Netos do Quintin Lame, grupo de indígenas jovens contrário às autoridades indígenas em assembléia realizada para discutir o problema das terras e o conflito nos resguardos, durante a qual todos tiveram direito de

28. Entrevista com Feliciano Valencia, coordenador Tecido de Defesa da Vida, fev. 2007

falar e apresentar suas posições. Por fim, a assembléia é também o lugar de encontro e reforço dos laços sociais onde, além da discussão e reflexão conjuntas, os participantes compartilham um almoço comunitário e atividades de lazer como a dança, ao final do evento.

Estes espaços ganham continuidade na programação das rádios indígenas que difundem os discursos das lideranças, os resultados das assembléias e a versão indígena do que acontece na região e no país, aumentando as possibilidades de criação de massa crítica nas bases do movimento.

Além disso, a organização indígena do norte do Cauca promove a realização de diferentes encontros e eventos com organizações sociais alternativas da região e da nação como parte de sua política de construção da Alternativa para o país. Nestes encontros, o movimento indígena lidera a agenda, levanta suas posições e discute suas propostas com as demais organizações, promovendo a ampliação destes contra-públicos subalternos no país.

ESPAÇOS DE DIFUSÃO DA POSIÇÃO INDÍGENA

Como resultado da posição clara da organização indígena nortecaucana e da sua decisão de construir alternativas no país, as lideranças deste movimento participam de vários espaços, tanto da vida social quanto internacionais, apresentando suas propostas sobre o tema da paz e suas visões sobre o conflito armado.

Dessa forma, as lideranças mencionadas fazem parte da mesa nacional indígena que elaborou a proposta de paz a partir das comunidades indígenas, juntamente com as que participam das redes de iniciativas de paz em nível nacional. Além disso, participaram na construção do projeto de declaração dos povos indígenas das nações, em parceria com a OEA, e levaram ao Congresso dos Estados Unidos as diferentes denúncias da situação da região norte no que diz respeito ao confronto armado.

A partir de 2004, os membros desta organização também vêm realizando o que chamam de Congresso Itinerante Indígena e Popular, em várias regiões do território nacional, a fim de promover a discussão com os demais processos populares do país em torno da problemática social e do tema do conflito armado. Nesses congressos, os membros se manifestam a favor do acordo humanitário para a libertação dos sequestrados, exigem a aplicação da verdade, justiça e reparação integral para as vítimas do conflito armado e ainda promovem a resistência civil frente aos atores armados. Existem atualmente organizações camponesas, estudantis, operárias e de mulheres, entre outras, que atendem a chamados da organização indígena e participam ativamente das passeatas e das assembléias convocadas pelos indígenas.

Um exemplo disto é a Primeira Conferência de Organizações Sociais e Movimentos Indígenas da Colômbia, realizada no resguardo de La Maria,

município de Piendamó, em maio de 2006, com aproximadamente 50.000 pessoas. Dessa reunião participaram as seguintes organizações: CRIC (Conselho Regional Indígena do Cauca), CIMA (Comitê de Integração do Maciço Colombiano), Coordenador Nacional Agrário, Rota Pacífica de Mulheres, Movimento Camponês de Cajibío, Camponeses sem Terra de Popayán, ANUC UR (Associação Nacional de Usuários Camponeses) Cauca, CRIT, Povos Nasa de Putumayo, Processo de Comunidades Negras, UTINAYA, Acordo de Salvajina, CODESCO, ONGs defensoras de DD.HH. e Usuários de serviços públicos de Popayán.

As reivindicações de criação de mesas de diálogo, cumprimento de acordos e garantias para a mobilização social feitas ao governo por parte dos indígenas e outros atores sociais como resultado das discussões levantadas nesta Conferência indicam que os indígenas demandam sua inclusão na democracia participativa do país através destes mecanismos. Nas diferentes propostas apresentadas ao governo e resultantes desse evento aparece a demanda de participação da sociedade civil na solução do conflito armado no país, com propostas de paz como a reparação integral das vítimas do conflito, participação esta que foi totalmente congelada no atual governo.

Um dos atos mais impressionantes dos indígenas no ano de 2007 foi a realização de uma grande passeata para a capital do país, no dia 23 de julho, organizada pelo CRIC (Conselho Regional Indígena do Cauca) e pela ACIN, com diversas paradas nos municípios de Cali, Armenia e Ibagué, onde foram realizadas assembléias e reuniões com setores sociais e políticos alternativos das diversas regiões. Esta passeata incluiu reivindicações sobre diversos temas como o acordo humanitário, a necessidade de consulta sobre o TLC (Tratado de Livre Comércio), a reforma agrária e o desmantelamento do Plano Colômbia.

A particularidade dos marcos de significado nestes novos repertórios de ação do movimento indígena está na ênfase colocada na articulação com outros setores e problemáticas, enquanto que uma das críticas mais freqüentes feitas ao movimento indígena tem sido seu notório caráter setorial e isolado dos outros grupos da população. Evidencia-se, portanto, uma nova tendência no sentido de ampliar as reivindicações e alianças. Assim sendo, na cidade de Cali, por exemplo, exigiram na passeata que fosse realizada a entrega dos cadáveres dos ex-deputados deste município, assassinados no cativeiro das FARC.

O movimento indígena analisado tenta, portanto, ampliar os espaços de contestação discursiva na sociedade colombiana sobre o confronto armado junto a outros atores sociais. Além disso, insiste na necessidade da participação da sociedade civil nos processos de paz a partir dos espaços abertos pelos indígenas para a discussão dos problemas regionais e nacionais e cria novas identidades políticas desvinculadas da polarização que a guerra impõe no país. No entanto, o movimento enfrenta a resposta

repressiva do Estado às suas mobilizações e a negativa do mesmo em incluir a sociedade civil no processo de paz com as AUC. Seu desafio atual consiste em construir formas amplas e duradouras de coordenação e articulação com outros setores sociais, mantendo suas alianças com organismos de DD.HH e ONGs internacionais, a fim de materializar uma real influência nas políticas e visões sobre guerra e paz, até agora monopolizadas pelas elites políticas.

Finalmente, devido à persistência do conflito armado na região, à atual conjuntura de fechamento das oportunidades políticas (com a criminalização das formas de protesto indígenas e as leis contrárias à manutenção dos resguardos) e aos recentes problemas internos do próprio movimento, deve-se levar em conta que esta forma de resistência se encontra ainda muito vulnerável.

CONCLUSÕES

Para concluir, pode-se afirmar que os marcos de significado utilizados pelos indígenas da organização estudada em torno do tema do conflito armado parecem criar um distanciamento simbólico dos grupos armados e uma condenação às suas formas de luta, apelando a elementos de uma identidade indígena construída como resistente e alternativa, mas sobretudo que não está do lado nem da extrema esquerda nem da direita e sim do lado de seus projetos e autoridades próprias. Estes marcos seriam os que sustentam a opção pela via pacífica tomada pelo movimento e a criação de estratégias para se defenderem e se oporem ao conflito armado nos seus territórios. Ao mesmo tempo, permitem a criação de significados e definições alternativas sobre o conflito armado que incluem uma reflexão sobre um projeto de país democrático que permita a autonomia das particularidades sociais e culturais. A partir dessas posições, busca-se a participação dos indígenas na arena política do país com propostas focadas na necessidade do diálogo nacional, participação da sociedade civil nos processos de paz e mudanças na cultura política do país para atingir o objetivo de superar a situação de conflito armado.

BIBLIOGRAFIA

ACIN

- 2004a *Reconstruyendo el Derecho Proprio protegemos la vida, para seguir em resistência*. Santander de Quilichao. Cartilha do projeto: "Atenção à Situação de Abuso dos Direitos Humanos nas Comunidades Indígenas do Norte do Cauca", ACIN-USAID-MSD. 48 pp.
- 2004b "Mandato Indígena y Popular", em *Desde Abajo*, actualidad (on line), URL:<http://www.desdeabajo.info/index.php/actualidad/colombia/970-mandato-indigena-y-popular-congreso-indigena-y-popular.html>. Setembro 21 de 2004. Consultado em janeiro 2 de 2007.
- 2006a *Caminamos sobre las Huellas de los Mayores para reconstruir Pensamiento Indígena*. Cartilha. Santander de Quilichao.

- 2006b *Una Guía del Pueblo Nasa ante la emergencia*. Cartilha. Popayán.
- 2006c. *Somos Alzados en Bastones de Mando*. Documentário produzido pelo Tecido de Comunicação para a Verdade e a Vida. Santander de Quilichao.
- 2007 *Informe de Trabajo*. Boletim No. 3, fevereiro. Santander de Quilichao.
- Bardin, Laurence
1995 *Análise de conteúdo*. Lisboa: Ed 70.
- CRIC
1999. Resolução de Jambaló. Documento da Junta Regional de Cabildos, Jambaló, março 22 e 23.
- Cubides, Fernando
2004 "Las Lógicas de la Guerra y la Resistencia Civil". In *Colombia a comienzos del nuevo milenio*, Luis Carlos Castillo (comp). VIII Coloquio Nacional de Sociología. Cali: Universidad del Valle.
- Dorado, Mauricio
2004 *Radio Payumat: una experiencia de comunicación en la zona norte*. (Trabalho de graduação—licenciatura em Ciências Sociais—Sede Toribio, Ciências Sociais com ênfase em antropologia). Toribio: Universidad Pontificia Bolivariana/Instituto Misionero de Antropología.
- Escobar, Arturo, Sonia Alvarez, e Evelina Dagnino
2001 *Política Cultural y Cultura Política*. Edición en español. Colombia: Taurus.
- Espinoza, Rubén Darío
2003 *El Gobierno Comunitario de los Territorios indígenas del norte del Cauca colombiano*. Norte del Cauca: CODACOP.
- Gonzalez, Nidia Catherine
2006 *Resistencia indígena: alternativa en medio del conflicto colombiano*. Cali: Sello Editorial Javeriano.
- Gross, Christian
1991 *Colombia indígena: Identidad Cultural y Cambio Social*. Bogotá: Fondo Editorial Cerec.
- Pécaut, Daniel
1999 *Los desplazados: un problema social y político*. CODHES Informa, Bogotá, No. 23, out.
- Sotomayor, María Lucía
1998 *Modernidad, Identidad y Desarrollo*. Bogotá: Instituto Colombiano de Antropología.
- Tarrow, Sydney
1997 *El Poder en Movimiento: los movimientos sociales, la acción colectiva y la política*. Madrid: Alianza Editorial.